

consciência Bancária

EDIÇÃO DIÁRIA - ANO XXVI - 6337 - QUINTA-FEIRA, 25 DE ABRIL DE 2019



BANCÁRIOS DÃO IMPORTÂNCIA AOS SEUS SINDICATOS



Os bancários são uma das categorias com o maior índice de sindicalização do Brasil. De acordo com o Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES) e com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), ambos do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a taxa de sindicalização entre os bancários é de 64%.

Toda essa força tem se mostrado presente num dos momentos de maior risco para o movimento sindical, devido a Medida Provisória 873/2019. Desde que foi publicada no Diário Oficial da União, no dia 1º de março, sexta-feira (véspera de Carnaval), os bancários têm procurado seus sindicatos por todo o país para receber informações sobre como efetuar o pagamento da mensalidade e outras contribuições.

A MP 873 unifica todas as formas de receita sindical por meio de uma única cobrança; proíbe o desconto em folha de mensalidades e contribuições sindicais e determina que a autorização do desconto/cobrança da contribuição deve ser realizada de forma prévia, voluntária e individual, tornando nulas as autorizações definidas em assembleias, acordos e convenções coletivas ou por qualquer outro meio previsto em estatuto da entidade sindical.

O governo editou essa MP para tentar acabar com as organizações que lutam em defesa dos trabalhadores. O objetivo é evitar a resistência à aprovação da reforma da Previdência, à privatização dos bancos públicos e de outras medidas que são extremamente prejudiciais à classe trabalhadora. Nenhuma lei pode retroagir para atacar contrato convencionado entre as partes. Se essa moda pega, nenhum acordo terá mais validade e qualquer cláusula poderá ser descumprida.

Nossas conquistas não são poucas

Jornada de trabalho de seis horas, não trabalho aos sábados, auxílio-creche, licença maternidade de seis meses, licença paternidade de vinte dias, Participação nos Lucros e Resultados, ticket refeição e vale-cultura são apenas algumas das conquistas acumuladas pelos trabalhadores ao lado dos sindicatos.

As empresas e as entidades patronais não dão nada de mão beijada. Tudo aquilo que chamam de benefícios são, na verdade, conquistas do movimento sindical.

SESSÃO ESPECIAL EM DEFESA DO BNB



Pela defesa e contra a extinção do maior banco de desenvolvimento regional da América Latina, o Banco do Nordeste, acontece na próxima segunda-feira (29/04), às 9h, Sessão Especial em Defesa do BNB, promovida pela Assembleia Legislativa da Bahia.

O Sindicato dos Bancários da Bahia estará presente, fortalecendo a frente ampla de resistência junto com vários setores da sociedade. Funcionários e clientes do Banco do Nordeste devem participar do evento. É uma oportunidade de mostrar a importância da instituição e seu caráter essencial para o fomento econômico da região e alertar a sociedade sobre os prejuízos que uma possível fusão com o BNDES irá trazer para a economia da Bahia e do Nordeste.

Toda população deve estar ciente das verdadeiras intenções do governo em acabar com o banco. Já existe a união de governantes, parlamentares, representantes de setores empresariais e da sociedade civil e já construiu uma Frente Ampla em Defesa do BNB. A Sessão na Assembleia Legislativa, convocada pelo deputado estadual Ediarado Salles (PP), é mais um passo importante nesta direção. (SBBA)

ATITUDE - A imensa decepção com o governo Bolsonaro, o agravamento da crise econômica, o aumento do desemprego, o rebaixamento do poder de compra dos salários, a rejeição popular à reforma da Previdência, a desmoralização da Lava Jato entre outros ingredientes oferecem condições favoráveis à resistência democrática. A oposição precisa ter mais atitude. (SBBA)

PLANTONISTAS DE HOJE

Manhã: LIAMARA

Tarde: SÔNIA

GOVERNO GASTA R\$ 14,2 BI PARA APROVAR REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Por Paulo Moreira Leite, para o Jornalistas pela Democracia

Embora o governo Bolsonaro tenha sido capaz de reunir os votos necessários para dar início ao trâmite da reforma da Previdência no Congresso, onde precisará ser aprovado por uma maioria de 4/5 nas duas casas, em duas votações separadas, é obrigatório reconhecer que a principal batalha política de nosso período está só no começo.

As voltas com um projeto que a população rejeita, o Planalto já colocou de pé o mais conhecido recurso de Brasília para tentar arrebanhar os votos necessários para enfiar a reforma da Previdência goela abaixo dos brasileiros e brasileiras ~ distribuição de emendas parlamentares.

Como noticia a *Folha* de ontem, com base em depoimentos de integrantes das principais bancadas do Congresso, cada voto a favor da reforma irá custar R\$ 40 milhões em emendas

para o cada deputado, cada senador, garantir a aprovação da reforma. Só na Câmara, onde as negociações estão avançadas em tratativas entre o ministro Onix Lorenzoni, o presidente Rodrigo Maia e outras lideranças, diz o jornal, a compra de votos de 308 deputados sairá por R\$ 12,3 bilhões. Se o mesmo esquema se repetir no senado, com os mesmos valores, a conta bate em R\$ 1,9 bi. No total, estamos falando em R\$ 14,2 bilhões, numa estimativa modesta ~ a suposição é uma contabilidade controlada, na qual a compra de apoio atingirá exatamente o total de parlamentares necessários em cada casa.

Imaginando que nenhum centavo será desviado nem irá desaparecer em tratativas obscuras, pouco explicadas, que marcam a política brasileira desde o início dos tempos, podemos registrar uma barganha compensatória, típico daquilo que, na última campanha eleitoral, era costume de definir como “velha política”. Em vez de tentar ganhar apoio da sociedade num debate claro e transparente, em torno de ideias e visões de país, abre-se o cofre dos recursos públicos.

Para convencer o Congresso a dar os votos necessários para aprovar um projeto que irá obrigar a maioria da população a trabalhar mais e gastar mais para receber uma aposentadoria menor do que hoje, o Planalto irá subsidiar a musculatura política de sua base com recursos capazes de dar alguma esperança de reeleição em 2022. Parece fácil mas pode se revelar um convite ao suicídio.

Para além dos aspectos morais, o problema da proposta é que não basta agradar aos parlamentares. É preciso convencer o principal interessado, o eleitor. Os líderes da ruinosa reforma trabalhista de 2017, numa ambiente de denúncia e rejeição da população, foram abandonados pelo eleitor no ano seguinte, quando decidiram ir atrás de seus votos.

Assim caíram grandes estrelas do Congresso, com papel destacado na discussão, como os senadores Romero Jucá e Ricardo Ferraço, os deputados André Moura e Rogério Marinho, no que pode ser um prenúncio do destino de quem entrar em campo para destruir o embrião de nosso estado de bem-estar social, reconhecido pela população brasileira como uma de suas conquistas mais importantes.

Há uma diferença relevante entre os dois momentos. A reforma trabalhista foi aprovada num ambiente de ressaca do movimento popular, vencido pelo golpe parlamentar que derrubou Dilma Rousseff. Mesmo assim, o desgaste foi tão grande que Michel Temer desistiu de levar em frente um projeto de reforma da Previdência ~ muito mais suave que o plano Guedes-Bolsonaro ~ para fugir de uma derrota certa.

O debate sobre a Previdência ocorre num ambiente de recuperação e unidade das centrais sindical. A aprovação de Jair Bolsonaro está em queda, as brigas internas do governo assumem um tom de apocalipse e a credibilidade do Congresso se encontra naquele atoleiro que sempre foi.

Monitorando o debate em curso, grandes consultorias já abandonaram a perspectiva de que a meta de cortar 1 trilhão nos gastos da Previdência será atingida e já fazem previsões bem mais modestas. Eixo do projeto, o sistema de capitalização individual provoca desconfianças até em setores do grande empresariado, que deveriam ser os principais interessados em sua aprovação. Mesmo o debate internacional, tantas vezes utilizado como referência em discussões internas, é desfavorável aos projetos de privatização da Previdência. Dos 30 países que seguiram esse caminho entre 1981 e 2014, 18 já foram obrigados a voltar atrás para fugir de um desastre social irremediável. (Brasil 247)

PARLAMENTARES RETORNANDO PARA SUAS CASAS, DEPOIS DE APROVADA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA...

